



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 11

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 11

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado comunicou em 30/04/2014, nos termos do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por impedimentos profissionais, estará ausente do concelho nos próximos 30 dias, pelo que em todas as suas funções enquanto Vereador será substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes.

O Sr. Vereador Vítor Manuel Fernandes Pereira esteve ausente por se encontrar doente.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho chegou à reunião pelas 12:00 horas, após a discussão e votação de todos os assuntos presentes nesta reunião, dado que por motivos profissionais esteve presente no Tribunal Judicial da Marinha Grande, conforme declaração que se anexa à presente ata (**Anexo 1**).

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 10, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 8 DE MAIO DE 2014
3. REQ. N. 526/14, DATADO DE 11/04/2014 – PC N.º 116/14, DATADO DE 11/04/2014 – JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA
4. REQ. N. 569/14, DATADO DE 23/04/2014 – PC N.º 813/05 , DATADO DE 21/11/2005 – GRACINDA FERREIRA MATEUS
5. REQ. N. 494/14, DATADO DE 04/04/2014 – PC N.º 432/13, DATADO DE 14/11/2013 – BOLLINGHAUS STEEL S.A.
6. REQ. N. 671/14, DATADO DE 09/05/2014 – PC N.º 114/14, DATADO DE 10/04/2014 – BOLLINGHAUS STEEL S.A.
7. REQ. N. 367/14, DATADO DE 13/03/2014 – PC N.º 73/14, DATADO DE 13/03/2014 – TUTTO PASTA PIZZA, LDA.
8. REQ. N. 785/08, DATADO DE 06/03/2008 – PC N.º 97/08, DATADO DE 06/03/2008 – FLORINDO MOREIRA COSTA
9. REQ. N. 2000/09, DATADO DE 31/07/2009 – PC N.º 173/09, DATADO DE 31/07/2009 – VIRGÍLIO JESUS LOURENÇO
10. REQ. N. 954/13, DATADO DE 24/06/2013 – PC N.º 136/13, DATADO DE 14/05/2013 – ANTÓNIO EMÍLIO SANTOS OLIVEIRA
11. REQ. N.º 641/14, DATADO DE 05/05/2014 – PC N.º 585/06, DATADO DE 28/09/2006 – LEIRIESPERANÇA – CONSTRUÇÕES, LDA.
12. REQ. N.º 641/14, DATADO DE 05/05/2014 – PC N.º 585/06, DATADO DE 28/09/2006 – LEIRIESPERANÇA – CONSTRUÇÕES, LDA.
13. REQ. N. 563/14, DATADO DE 22/04/2014 – PC N.º 37/10, DATADO DE 10/03/2010 – PEDRO MIGUEL FERREIRA MELO, MARIA ADELINA FIDALGO FERREIRA E JORGE ANTÓNIO FERREIRA MELO
14. REQ. N. 665/14, DATADO DE 08/05/2014 – PC N.º 221/12, DATADO DE 01/08/2012 – ACÁCIO GOMES MIGUEL
15. REQ. N. 696/14, DATADO DE 14/05/2014 – PC N.º 34/14, DATADO DE 03/02/2014 – JOÃO CARLOS ANJOS LOPES
16. REQ. N. 663/14, DATADO DE 08/05/2014 – PC N.º 204/2014, DATADO DE 08/05/2014 – M.A.I. - MARQUES AZEVEDO IMOBILIÁRIA, LDA

17. REQ. N. 469/14, DATADO DE 01/04/2014 – PC N.º 107/14, DATADO DE 01/04/2014 – CAMINHO DO LIZ – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS UNIPessoal, LDA.
18. REQ. N. 578/14, DATADO DE 24/04/2014 – PC N.º 109/12, DATADO DE 16/04/2012 – SUN HUIQN
19. REQ. N.º 174/14, DATADO DE 16/01/2014 – PC N.º 15/14, DATADO DE 16/01/2014 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
20. REQ. N.º 67/14, DATADO DE 16/01/2014 – PC N.º 15/14, DATADO DE 16/01/2014 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
21. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP n.º 06/2010” – APLICAÇÃO DE SANÇÃO CONTRATUAL POR ATRASO NA CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA.
22. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP n.º 06/2010” – APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS.
23. ALTERAÇÃO DO POSTO DE COBRANÇA NO GABINETE DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE
24. MERCADO MUNICIPAL DA PRAIA DA VIEIRA DE LEIRIA – AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO COMERCIAL DESIGNADO POR LOJA Nº 5
25. AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES
26. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
27. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA “CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ATLÂNTICA” – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2013
28. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE ABRIL DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.
29. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORES DE GRUPO E DE ATIVIDADES PARA ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS NO CAMPO DE FÉRIAS SEDEADO NA COLÓNIA AFONSO LOPES VIEIRA EM 2014”.

30. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “MANUTENÇÃO DA ZONA DESPORTIVA DA MARINHA GRANDE”, PARA O PERÍODO DE 2 ANOS.
31. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014 – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E RESPECTIVO PARECER A EMITIR POR AUDITOR EXTERNO PARA OS ANOS DE 2014, 2015 E 2016
32. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DO “FORNECIMENTO E CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES PARA PARTICIPANTES NO CAMPO DE FÉRIAS A REALIZAR NA COLÓNIA DE FÉRIAS AFONSO LOPES VIEIRA 2014”.
33. FUNDO FINÍCIA – PARECER DA CÂMARA SOBRE O PROJETO DE INVESTIMENTO APRESENTADO PELA ENTIDADE PINUS PINASTER, LDA – RETIFICAÇÃO
34. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O Sr. Vereador António Santos saudou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:
 - ⇒ Perguntou se há Posto de Turismo e onde fica, uma vez que não há sinalética. Dado que somos uma terra exportadora somos visitados por estrangeiros, que procuram logo, em primeiro lugar, o Posto de Turismo ou a sinalética para tal.
 - ⇒ Colocou um assunto que chegou ao seu conhecimento através de um munícipe, que, aproveitando as obras que decorrem no cemitério municipal, entende necessário haver mais torneiras ao lado do cemitério, para ajudar a deslocação das pessoas idosas.
 - ⇒ Relembrou a chamada de atenção para os lancis do Largo Ilídio de Carvalho, que ainda não foram arrançados.

- ⇒ Voltou a falar na colocação de um ecrã na Praça Stephens, para transmissão dos jogos de futebol da seleção nacional, por entender que seria uma forma de revitalizar o centro e tendo em conta que o Jornal da Marinha se disponibilizou para apoiar esta iniciativa.
- ⇒ Elogiou o Poeiras, um artesão marinhense que tem uma loja na Resinagem para fabrico de vidro e que deve ser apoiado.
- ⇒ Elogiou também a Câmara Municipal da Marinha Grande por estar entre as primeiras a pagar atempadamente aos fornecedores.

▪ **A Sr.^a Vereadora Maria João Gomes saudou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Referiu que partilha a ideia do Sr. Vereador António Santos sobre o posto de turismo.
- ⇒ Sobre a privatização da holding EGF disse o seguinte:
“Relativamente à decisão do governo de privatizar a holding estatal de tratamento de resíduos EGF, manifesto mais uma vez preocupação, pois, a concretizar-se, irá retirar ao grupo “Águas de Portugal” uma significativa fonte de financiamento. Essa situação poderá servir para mais tarde justificar a privatização da própria “Águas de Portugal”.
Gostaria de saber qual a situação do parecer técnico-jurídico encomendado pela Associação Nacional de Municípios.
É importantíssimo e indispensável procurar concertar acções com outros Municípios para manter no domínio público um bem essencial que é a água.”
- ⇒ Chamou a atenção para a vegetação muito densa da ciclovia entre a Praia Velha e o estabelecimento “Old Beach”, que dificulta a circulação e deveria ser cortada.

▪ **O Sr. Vereador Aurélio Ferreira saudou todos os presentes e disse o seguinte:**

- ⇒ *1. Congratulo-me pelas equipas masculina e feminina do Clube de Atletismo da MG por participarem ambas na 2.^a divisão. Foi o resultado das provas ocorridas recentemente.*
- ⇒ *2. Sobre a Rua da Covina, por trás do Operário, quem se dirige da Av. 25 de Abril para a traseira da cooperativa, recorro que havia uma curva apertada a 90º. Após a execução das obras do SOM, fizeram a adaptação do edifício para facilitar a curva e acabaram por executar um passeio no gaveto, à frente do portão, com o mesmo aperto. O resultado ficou o mesmo é que tal curva de concordância do lancil implica que um veículo que apareça da Av. 25 de Abril para a traseira da cooperativa, para curvar tenha que invadir a outra faixa. É para ficar assim?*

- ⇒ 3. *Recebi informação dos moradores da Rua Transformadores do Vidro, no Camarnal, que questionam porque lhes cortaram as árvores da rua. Dizem os moradores que se as arvores não estavam a danificar os passeios, não havia ali prostitutas e também não interferiam com ossadas, qual a razão para que tenham cortado as árvores?*
- ⇒ 4. *Quanto à fachada do Arquivo Municipal. Um dia destes fiquei à conversa à porta do Arquivo e apercebi-me que toda a fachada de tijolo maciço (sobretudo sobre a zona de rampa) está solta do betão. Só se mantém no ar por efeito de compressão em "arco". A platibanda de betão, sendo muito extensa, por falta de junta de retração (deficiência técnica), contraiu de tal forma que separou da forra de tijolo, sendo notória a rotura em todos os pilares, mais relevante nos pilares dos cantos. Olhando para o teto, vê-se uma fenda de 1 cm entre o betão e o tijolo. Se vier a existir um qualquer abalo sísmico mesmo de pouca intensidade ou até a eventual passagem de um avião ultrapassando a "barreira de som", pode produzir a queda da fachada. Seria interessante que alguém se debruçasse sobre esta questão.*

⇒ **Apresentou o Requerimento 18/2014, cujo conteúdo se transcreve:**

"Assunto: Conselho Municipal de Educação

Na última reunião solicitei informações de quais foram as principais decisões no Conselho Municipal da Educação (CME) e se os directores das escolas profissionais (Cenfim, Epamg, Cencal) foram convidados a assistir. O Sr. Presidente informou então, que é um assunto do pelouro da vereadora Alexandra.

Apesar da vereadora Alexandra, ter afirmado recentemente que responde às questões dos municípios no próprio dia, o que é facto é que passados 15 dias ainda não recebi resposta.

Na reunião de 14 de Novembro de 2013, quando foram designados os representantes do município nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas, referi que concordava com a nomeação apresentada, mas alertei para que já que são nomeados devem participar, para evitar as ausências em Conselhos Gerais anteriores. Sugeri também que se os dois técnicos designados não tiverem oportunidade de ir, que devia ir a vereadora responsável pela educação.

Relembro que o Art 7º do DL 7/2003, refere que o Conselho Municipal de Educação reúne ordinariamente no início do ano lectivo e no final do período escolar, portanto já devia ter reunido 3 vezes.

Num órgão tao importante e decisivo para o desenvolvimento da nossa cidade como é o CME, é lamentável não haver respostas a este assunto.

Assim, venho pelo presente solicitar:

1. *Quantas vezes reuniu o Conselho Municipal de Educação durante o presente ano lectivo;*
2. *Quais as principais decisões saídas desses CME;*
3. *Se os directores das escolas profissionais (Cenfim, Epamg, Cencal) foram convidados a assistir."*

⇒ **Apresentou o Requerimento 19/2014, cujo conteúdo se transcreve:**

"Assunto: Regulamentos Municipais

No passado dia 6 de Maio enviei um mail ao Sr. Presidente (CC restante vereadores) a solicitar que me fosse enviado o Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, na versão impressa em Diário da Republica.

Como ainda não recebi, apresento um requerimento a solicitar o mesmo.

Aproveito para solicitar todos os Regulamentos Municipais em vigor, na versão impressa em Diário da Republica."

⇒ **Colocou as seguintes questões:**

1. Já existe decisão sobre o processo da Carfi? Quando podemos esperar a resposta?
 2. Já existe decisão sobre o processo do jazigo? Quando podemos esperar a resposta?
- **O Sr. Presidente** distribuiu a todos os membros do executivo presentes um documento da SIMLIS sobre a privatização da água.
- **Relativamente às questões colocadas, e no âmbito das suas áreas de atuação, o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:**

- ⇒ Cemitério – a situação das torneiras já está a ser vista com a Chefe dos serviços.
- ⇒ Lancis do Largo Ilídio de Carvalho – houve uma reunião com os empreiteiros da Resinagem e eles vão corrigir a situação, porque os lancis foram partidos com as camionetas da obra.
- ⇒ Vegetação da ciclovia – o ano passado foi feito o corte no sentido S. Pedro de Moel/Vieira de Leiria, este ano fez-se do lado de Alcobaça, mas está previsto cortar na zona apontada antes do verão.
- ⇒ Rua da Covina – o Sr. Presidente explicará.

- ⇒ Corte de árvores no Camarnal – não foi efetuado pela Câmara, e o que sabe é que houve um abaixo assinado, dos moradores para a Junta de Freguesia a pedir o corte, motivado por questões de alergias a este tipo de árvores. Já falou com a Sr.ª Presidente da Junta e chamou-lhe a atenção para a necessidade de coordenarem ações.
- ⇒ Fachada do Arquivo Municipal – tem que ser feita a avaliação do edifício, mas pensa que a situação não é estrutural.

▪ **O Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

- ⇒ Posto de Turismo – vai deixar esta questão para a Sr.ª Vereadora do pelouro. Neste momento o Posto funciona no Museu do Vidro e está lá uma funcionária.
- ⇒ Lancis – já foi respondido pelo Vereador e aguarda-se que sejam reparados.
- ⇒ Ecrã para transmissão dos jogos – a Câmara vai fazê-lo mas não aceita a colocação de tasquinhas, que iria prejudicar o comércio local. Aceita a colaboração do Jornal da Marinha e da RCM no que entenderem.
- ⇒ Pagamentos – apesar de o Governo transferir as verbas cada vez mais tarde e não tudo aquilo que deveria, estamos a pagar a tempo e horas.
- ⇒ Privatização da EGF – a Câmara Municipal da Marinha Grande é contra a privatização da Valorlis e da água. Apesar de as Câmaras Municipais da região estarem contra, isso não nos vai valer de nada.
- ⇒ Vegetação ao longo da ciclovía – a Câmara tem feito mais do que devia. Depois dará mais informações sobre este assunto, nomeadamente sobre a limpeza da mata para abertura na 5.ª feira da ascensão.
- ⇒ Rua da Covina – se os carros não estacionassem como estacionam, a curva era fácil, porque o ALDI cedeu muito espaço. O projecto do S.O.M. tem que ser daquela forma, tal como foi aprovado.
- ⇒ Conselho Municipal de Educação – deixa o assunto para a Sr.ª Vereadora, pelo que é melhor o Sr. Vereador Aurélio fazer o requerimento.
- ⇒ Jazigo – já falou com a senhora, e espera trazer o assunto brevemente.
- ⇒ CARFI – teve uma reunião ontem e há uma proposta que não vai divulgar, porque aguarda a resposta da empresa, mas que visa resolver os problemas de todos, na base da legalidade. Esclareceu que nunca foi posta a hipótese de abrir uma estrada naquele sítio.
- ⇒ Poeiras – espera que o seu projecto corra bem e tudo fará para que assim seja. Trata-se de um estúdio com um pequeno forno na loja da esquina do edifício da Resinagem. O autor candidatou-se a um financiamento FINICIA. A adjudicação foi feita por 290 € e as rendas que pagou para a outra loja transitam para este espaço.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 11

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Nos termos do Regimento não se verificou qualquer inscrição.

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 10, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 8 DE MAIO DE 2014

O fluxo de trabalho decorrente do processo eleitoral em curso, para a Eleição do Parlamento Europeu, a realizar dia 25/05/2014, e as ações calendarizadas ao longo desta semana, da responsabilidade da Divisão de Administração e Modernização, não permitiram concluir a ata da reunião do dia 08/05/2014 em tempo útil de modo a ser aprovada hoje, pelo que a mesma será aprovada na próxima reunião.

3 - REQ. N. 526/14, DATADO DE 11/04/2014 – PC N.º 116/14, DATADO DE 11/04/2014 – JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA

411 - Presente requerimento n.º 526/14, datado de 2014/04/11, constante do processo camarário n.º 116/14, subscrito por **JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA**, com o NIF 189356472, residente na Rua Forno da Cal, Bloco B – R/C G, lugar de Sítio da Nazaré, freguesia e concelho de Nazaré, referente ao pedido de licenciamento da “*Legalização e alteração de casa de habitação*” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Embrá, n.º 37, lugar de Embrá, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.825 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4.836 da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/05/15, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da “*Legalização e alteração de casa de habitação*” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Embrá, n.º 37, lugar de Embrá, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.825 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4.836 da referida freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 116/14, com data de entrada em 2014/04/11, apresentado por **JOSÉ CARLOS DE JESUS DA SILVA**, com o NIF 189356472, residente na Rua Forno da Cal, Bloco B – R/C G, lugar de Sítio da Nazaré, freguesia e concelho de Nazaré, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30

de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 569/14, DATADO DE 23/04/2014 – PC N.º 813/05 , DATADO DE 21/11/2005 – GRACINDA FERREIRA MATEUS

412 - Presente requerimento n.º 569/14, datado de 2014/04/23, constante do processo camarário n.º 813/05, subscrito por **GRACINDA FERREIRA MATEUS**, com o NIF 195483073, com residência na Estrada da Nazaré, n.º 252, lugar de Amieirinha, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da *“Alteração e ampliação de edifício industrial”* existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua do Tecelão, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9.739 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.827 da freguesia e concelho de Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 2009/11/26.

Presente parecer técnico datado de 2014/05/02, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após análise do pedido de licenciamento da *“Alteração e ampliação de edifício industrial”* existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua do Tecelão, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9.739 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.827 da freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 813/05, apresentado por **GRACINDA FERREIRA MATEUS**, com o NIF 195483073, com residência na Estrada da Nazaré, n.º 252, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara

Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Prestar caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização referente ao coletor para drenagem das águas residuais domésticas, nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, no valor de 2.375,00€ (dois mil trezentos e setenta e cinco euros).
2. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.

Mais deliberou informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
3. Aquando do início das obras de urbanização, deverá informar os respetivos serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos e solicitar aos serviços de Águas e Saneamento a ligação da rede predial de águas residuais domésticas à rede pública de águas residuais domésticas após aprovação do projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 494/14, DATADO DE 04/04/2014 – PC N.º 432/13, DATADO DE 14/11/2013 – BOLLINGHAUS STEEL S.A.

413 - Presente pedido com o registo n.º 494/14, datado de 04/04/2014 relativo à **realização de obras de urbanização referentes a coletor pluvial**, necessárias ao cumprimento dos condicionalismos expressos em deliberação de Câmara de 20/02/2014 para a execução, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.925 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.105, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, das obras a que se reporta o processo de licenciamento n.º 432/13, com data de entrada de 14/11/2013, apresentado por **BOLLINGHAUS STEEL S.A.**, com o NIPC 503 752 533, com sede na Travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara datada de 12/12/2013.

Presente informação técnica, datada de 08/05/2014, que atesta encontrar-se o projeto de execução do coletor pluvial em condições de ser aceite.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 11

Presente informação técnica, datada de 15/05/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo à realização de obras de urbanização referentes a coletor pluvial, necessárias ao cumprimento dos condicionalismos expressos em deliberação de Câmara datada de 20/02/2014 para a execução, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.925 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.105, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, das obras a que se reporta o processo de licenciamento n.º 432/13, com data de entrada de 14/11/2013, apresentado por BOLLINGHAUS STEEL S.A., com o NIPC 503 752 533, com sede na Travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara datada de 12/12/2013.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

Deverá requerer a emissão do respetivo alvará de obras de urbanização, no âmbito do disposto no artigo 76º do RJUE, para o que deverá apresentar os elementos constantes no n.º 1 do 1º da Portaria n.º 216-E/2008 e prestar a respetiva caução de 10.327,33 € (dez mil, trezentos e vinte e sete euros e trinta e três cêntimos) no prazo de um ano a contar da notificação da presente deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 671/14, DATADO DE 09/05/2014 – PC N.º 114/14, DATADO DE 10/04/2014 – BOLLINGHAUS STEEL S.A.

414 - Presente pedido com o registo n.º 671/14, datado de 09/05/2014 respeitante à apresentação de projetos de especialidade aplicáveis, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 114/14, com data de entrada de 10/04/2014, apresentado por BOLLINGHAUS STEEL S.A., com o NIPC 503 752 533, com sede na Travessa da Indústria, n.º 6, Vieira de Leiria, relativo a ampliação de uma unidade industrial, sita na Travessa da Indústria n.º 6, Vieira de Leiria no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.925 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.105, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 08/05/2014;

Presente informação técnica, datada de 19/05/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites estando o respetivo processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a ampliação de uma unidade industrial, sita na Travessa da Indústria n.º 6, Vieira de Leiria no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.925 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.105, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 114/14, com data de entrada de 10/04/2014, apresentado por BOLLINGHAUS STEEL S.A., com o NIPC 503 752 533, com sede na Travessa da Indústria, n.º 6, Vieira de Leiria
Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3 - Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 367/14, DATADO DE 13/03/2014 – PC N.º 73/14, DATADO DE 13/03/2014 – TUTTO PASTA PIZZA, LDA.

415 - Presente pedido com o registo n.º 367/14, datado de 13/03/2014 relativo a **legalização de estabelecimento de restauração e bebidas**, sito no edifício localizado na Avenida José Gregório, n.º 192, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.269 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.544, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 73/14, com data de entrada de 13/03/2014, apresentado por **TUTTO PASTA PIZZA, LDA.**, com o NIPC 508 004 225, com sede na Rua das Laranjeiras, n.º 113 A, Cruzes, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 16/05/2014, que atesta encontrar-se o processo apresentado elaborado e instruído de acordo com as normas e regulamentos legais aplicáveis e em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de estabelecimento de restauração e bebidas, sito no edifício localizado na Avenida José Gregório, n.º 192, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.269 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.544, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 73/14, com data de entrada de 13/03/2014, apresentado por TUTTO PASTA PIZZA, LDA., com o NIPC 508 004 225, com sede na Rua das Laranjeiras, n.º 113 A, Cruzes, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 785/08, DATADO DE 06/03/2008 – PC N.º 97/08, DATADO DE 06/03/2008 – FLORINDO MOREIRA COSTA

416 - Presente requerimento n.º 785/08, datado de 2008/03/06, constante do processo camarário n.º 97/08, subscrito por **FLORINDO MOREIRA COSTA**, com o NIF 124468586, com residência na Travessa dos Pescadores, n.º 4, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento da “Alteração de edifício”** existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Avenida Marginal, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.244 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5.358 da freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/05/08, que refere que o projeto de arquitetura apresentado não se encontra apto a ser aprovado.

Após a análise da pretensão referente ao pedido de licenciamento da “Alteração de edifício” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Avenida Marginal, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.244 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5.358 da freguesia de Vieira de Leiria, concelho de

Marinha Grande, com o número de processo 97/08, com data de entrada de 2008/03/06, apresentado por FLORINDO MOREIRA COSTA, com o NIF 124468586, com residência na Travessa dos Pescadores, n.º 4, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/05/08 que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito dele constantes, delibera notificar o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, por o projeto de arquitetura não se encontrar apto a merecer aprovação, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente a alínea a) do n.º 1 do art. 62.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, ao propor alterações numa edificação existente, sem dispor da necessária autorização prévia de utilização de recursos hídricos emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente, dado o prédio em causa se localizar em área abrangida por Servidão do Domínio Público Hídrico, prevista na alínea b) do art. 28.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor.

Mais delibera informar o requerente que o pedido se encontra deficientemente instruído, devendo a eventual reformulação da proposta, contemplar a apresentação dos seguintes elementos:

1. Estimativa do custo total da obra.
2. Calendarização da execução da obra.
3. Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.
4. Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1:200 ou superior, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, áreas impermeabilizadas e respetivo material.
5. Plantas à escala de 1:50 ou 1:100 contendo as dimensões, áreas e usos de todos os compartimentos, bem como a representação do mobiliário fixo e equipamento sanitário.
6. Alçados à escala 1:50 ou 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como as construções adjacentes, quando existam.
7. Enquadramento da pretensão nos planos municipais e especiais de ordenamento do território vigentes.
8. Inserção urbana e paisagística da edificação referindo em especial a sua articulação com o edificado existente e o espaço público envolvente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 2000/09, DATADO DE 31/07/2009 – PC N.º 173/09, DATADO DE 31/07/2009
– VIRGÍLIO JESUS LOURENÇO

417 - Presente requerimento n.º 2000/09, datado de 2009/07/31, constante do processo camarário n.º 173/09, subscrito por **VIRGÍLIO JESUS LOURENÇO**, com o NIF 46590139, com residência no Beco dos Passagens, n.º 6, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento da “Legalização da alteração e ampliação de moradia e da construção de anexo”**, incidente sobre um prédio urbano sito no Beco dos Passagens, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9.057 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8.922 da freguesia e concelho de Marinha Grande. Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/05/08, que refere que o projeto de arquitetura apresentado não se encontra apto a ser aprovado.

Após a análise da pretensão referente ao pedido de licenciamento da “Legalização da alteração e ampliação de moradia e da construção de anexo”, incidente sobre um prédio urbano sito no Beco dos Passagens, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9.057 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8.922 da freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 173/09, com data de entrada de 2009/07/31, apresentado por VIRGÍLIO JESUS LOURENÇO, com o NIF 146590139, com residência no Beco dos Passagens, n.º 6, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/05/08 que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito dele constantes, delibera notificar o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, por o projeto de arquitetura não se encontrar apto a merecer aprovação, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o n.º 10 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, ao propor a legalização da alteração e ampliação de edificação existente, com uma área de 419,85m² (moradia e anexo), muito superior à área máxima permitida para o prédio em causa (293,50m²).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 954/13, DATADO DE 24/06/2013— PC N.º 136/13, DATADO DE 14/05/2013 —
ANTÓNIO EMÍLIO SANTOS OLIVEIRA

418 - Presente requerimento n.º 954/13, datado de 2013/06/24, constante do processo camarário n.º 136/13, subscrito por **ANTÓNIO EMÍLIO SANTOS OLIVEIRA**, com o NIF 115225897, com residência na Rua das Raízes, n.º 34, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao **pedido de emissão de certidão de destaque de**

prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.781 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo n.º 4.605 (PARTE), sito na Rua das Raízes, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação camarária datada de 2013/05/30, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre o motivo subjacente à proposta de indeferimento da pretensão.

Presente exposição apresentada pelo requerente em sede de audiência prévia, referindo a intenção de ceder para domínio público, a área de 125,00 m² de terreno, por forma a permitir a abertura de um arruamento que viabilize a operação de destaque pretendida, bem como de ter tido a indicação da Câmara Municipal, em 1987, que junto do seu prédio, se encontrava projetado um novo arruamento.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2014/05/12, referindo que a exposição apresentada, em sede de audiência prévia, não contribuiu para sanar as questões que motivaram o projeto de indeferimento recaído sobre a pretensão em referência, pelas seguintes razões:

1. De acordo com o n.º 4 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, “(...) 4 – *Nas áreas livres e de expansão a abertura de novos arruamentos só é permitida desde que considerada em plano municipal de ordenamento ou estudo de conjunto da área abrangida.*”, sendo nestes termos inviável considerar a sua eventual execução.
2. Relativamente à previsão da execução do arruamento projetado em 1987, o mesmo não passou de mera previsão, à semelhança de outros constantes nessa altura em Plano de Urbanização, não fazendo atualmente qualquer sentido o traçado da maioria deles, quer em termos de planeamento, quer em termos do ordenamento do território face à sua realidade.

Após a análise do “*Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela*”, a incidir sobre um prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.781 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo n.º 4605 (PARTE), sito na Rua das Raízes, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 136/13, apresentado por ANTÓNIO EMÍLIO SANTOS OLIVEIRA, com o NIF 115225897, com residência na Rua das Raízes, n.º 34, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como o referido parecer técnico que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito dele constante, delibera INDEFERIR, em virtude da operação de destaque pretendida, não garantir o cumprimento do disposto no n.º 4 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, dado uma das parcelas a constituir, referenciada como “*Parcela Sobrante*”, não confrontar diretamente com o único arruamento público confinante com o prédio em causa, a Rua das Raízes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 641/14, DATADO DE 05/05/2014 – PC N.º 585/06, DATADO DE 28/09/2006 – LEIRIESPERANÇA – CONSTRUÇÕES, LDA.

419 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 585/06, incidente sobre um prédio sito na Rua Ilha da Madeira, Lote 22, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.771 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.940, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por Leiriesperança – Construções, Lda., com o NIPC n.º 506778002, com sede na Rua da Fonte Velha, n.º 33, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 16/11/2006.

Presente informação técnica datada de 16/05/2014, sobre os condicionalismos que enquadram a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação camarária tomada na reunião de 16/11/2006, foi deferido o pedido de licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia unifamiliar, incidente sobre um prédio sito na Rua Ilha da Madeira, Lote 22, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.771, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.940, da referida freguesia de Marinha Grande e concelho de Marinha Grande.

- Em 12/01/2007 foi emitido o alvará de licença de construção n.º 04/07, válido até 02/01/2009.

- O titular do processo, Leiriesperança, Construções, Lda., vem requerer uma licença especial para conclusão da obra, a qual apenas pode ser solicitada quando as obras já tenham atingido um elevado estado de execução, mas a licença haja caducado;

- Pressupõe o requerente que a caducidade da licença já se operou automaticamente, pelo que considera-se estarem reunidas condições para a dispensa da sua audiência prévia pela Câmara, conforme o disposto no artigo 103.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, que refere que a audiência dos interessados pode ser dispensada quando *“os interessados já se tiverem pronunciado no procedimento sobre as questões que importem à decisão e sobre as provas produzidas”*.

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de construção n.º 04/07, emitido em 12/01/2007, cuja validade terminou em 02/01/2009, sem que a obra se encontre concluída, no uso da competência conferida pelo n.º 5 do referido artigo 71.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, delibera declarar a caducidade do licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia, incidente sobre um prédio sito na Rua Ilha da Madeira, Lote 22, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.771, e inscrito na matriz predial urbana

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 11

sob o artigo n.º 15.940, da referida freguesia de Marinha Grande e concelho de Marinha Grande, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do mencionado artigo 71.º.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 641/14, DATADO DE 05/05/2014 – PC N.º 585/06, DATADO DE 28/09/2006 – LEIRIESPERANÇA – CONSTRUÇÕES, LDA.

420 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 585/06, incidente sobre um prédio sito na Rua Ilha da Madeira, Lote 22, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.771, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.940, da referida freguesia de Marinha Grande e concelho de Marinha Grande, apresentado por Leiriesperança – Construções, Lda., com o NIPC n.º 506778002, com sede na Rua da Fonte Velha, n.º 33, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião datada de 16/11/2006.

Presente pedido de concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do RJUE Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, registado sob o requerimento n.º 641/14, datado de 05/05/2014.

Presente deliberação camarária a declarar a caducidade da licença por se encontrar ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de construção n.º 04/07, emitido em 12/01/2007, cuja validade terminou em 02/01/2009, sem que a obra se encontre concluída, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE.

Presente parecer dos serviços sobre o assunto, datado de 16/05/2014.

Após análise da pretensão a Câmara Municipal delibera:

Conceder a licença especial para conclusão da obra ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE-Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, em virtude das obras de construção de uma moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 585/06, incidente sobre um prédio sito na Rua Ilha da Madeira, Lote 22, Lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.771, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.940, da referida freguesia de Marinha Grande e concelho de Marinha Grande, terem já atingido um elevado grau de execução, encontrando-se em fase de acabamentos, e da licença respetiva ter caducado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 11

**13 - REQ. N. 563/14, DATADO DE 22/04/2014 – PC N.º 37/10, DATADO DE 10/03/2010
– PEDRO MIGUEL FERREIRA MELO, MARIA ADELINA FIDALGO FERREIRA E JORGE
ANTÓNIO FERREIRA MELO**

421 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 563/14, datado de 22/04/2014, PEDRO MIGUEL FERREIRA MELO com o NIF 133929086, residente em Rua António Matos Bonita, n.º 20, n.º 20, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, MARIA ADELINA FIDALGO FERREIRA, com o NIF 134228081, residente na Rua Nicolau Bettencourt, n.º 41, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande e JORGE ANTÓNIO FERREIRA MELO, com o NIF 133929094, Rua Nicolau Bettencourt, n.º 42, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 37/10.

Presente parecer técnico datado 06/05/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua Adolfo Leitão, n.º 6, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, propriedade de PEDRO MIGUEL FERREIRA MELO com o NIF 133929086, residente em Rua António Matos Bonita, n.º 20, n.º 20, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, MARIA ADELINA FIDALGO FERREIRA, com o NIF 134228081, residente na Rua Nicolau Bettencourt, n.º 41, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande e JORGE ANTÓNIO FERREIRA MELO, com o NIF 133929094, Rua Nicolau Bettencourt, n.º 42, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 11

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 665/14, DATADO DE 08/05/2014 – PC N.º 221/12, DATADO DE 01/08/2012
– ACÁCIO GOMES MIGUEL

422 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 665/14 de 08/05/2014, de **ACACIO GOMES MIGUEL**, com o NIF 111378303, residente em Rua da Passagem, n.º 15, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização imóvel destinado a armazém de recolha, triagem e armazenamento de resíduos não perigosos, objeto de obras licenciadas no âmbito do processo n.º 221/12.

Presente parecer técnico datado 19/05/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, propriedade ACACIO GOMES MIGUEL, com o NIF 111378303, residente em Rua da Passagem, n.º 15, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz
- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 696/14, DATADO DE 14/05/2014 – PC N.º 34/14, DATADO DE 03/02/2014
– JOÃO CARLOS ANJOS LOPES

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 11

423 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 696/14 de 14/05/2014, de **JOÃO CARLOS ANJOS LOPES**, com o NIF 113644582, residente em Herdade, freguesia de Sertã, 6100-650 Sertã, a solicitar a autorização de utilização imóvel destinado a moradia e anexos, objeto de obras de ampliação e alteração, licenciadas (legalizadas) no âmbito do processo nº 34/14.

Presente parecer técnico datado 19/05/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no nº 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, nº 95, de 17/05/2010.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Joaquim Tomé Feteira, nº 58, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, propriedade de **JOÃO CARLOS ANJOS LOPES**, com o NIF 113644582, residente em Herdade, freguesia de Sertã, 6100-650 Sertã com a seguinte composição:

1) Membros efetivos

Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz

2) Membros suplentes

Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 663/14, DATADO DE 08/05/2014 – PC N.º 204/2014, DATADO DE 08/05/2014 – M.A.I. - MARQUES AZEVEDO IMOBILIÁRIA,LDA

424 - Presente requerimento registado sob o nº 663/14, datado de 08/05/2014, em apreço, apresentado por M.A.I. - MARQUES AZEVEDO IMOBILIARIA,LDA., com o NIPC 503260916, com sede em Rua Machado Santos, nº 39, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante a um pedido de vistoria ao edifício sito Rua Machado Santos, nº 39, freguesia e concelho de Marinha Grande, de forma a verificar as condições de segurança e salubridade,

bem como ao imóvel confinante com o mesmo, que se encontra em ruínas, prejudicando, por isso, o edifício do qual é proprietário.

Presente parecer dos serviços, datado de 19/05/2014, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 19/05/2014, a Câmara Municipal delibera:
Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Rua Machado Santos, n.º 39, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de M.A.I. - MARQUES AZEVEDO IMOBILIARIA,LDA., com o NIPC 503260916, com sede em Rua Machado Santos, n.º 39, freguesia e concelho de Marinha Grande, e ao imóvel em ruínas confinante a poente, propriedade de Adelino José Ferreira Fino, com o NIF 133818365, residente em, Estrada Nacional 8, n.º 123, Cruz da Léguas, freguesia de Pedreiras, concelho de Porto de Mós, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 05/06/2014, pelas 09h30, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos:**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Dra. Eunice Marques
- 2) **Membros suplentes:**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Vasco Fernandes

Informar a sociedade requerente e o proprietário do imóvel confinante que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, a referida entidade proprietária do imóvel poderá indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 469/14, DATADO DE 01/04/2014 – PC N.º 107/14, DATADO DE 01/04/2014 – CAMINHO DO LIZ – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS UNIPessoal, LDA.

425 - Presente requerimento n.º 469/14, datado de 01/04/2014, subscrito por **CAMINHO DO LIZ – EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS UNIPessoal, LDA.**, com o NIPC 510935141, com sede na Rua da Graminheira, n.º 28, lugar de Coucinheira, freguesia de Amor, concelho de Leira, referente ao pedido de **licenciamento de ocupação da via pública** com andaimes e um contentor, numa área de 50,00 m², para apoio à execução de trabalhos referentes à obra de remodelação de uma moradia, licenciada no âmbito do processo camarário n.º 25/12, aprovado em reunião de Câmara de 09/01/2014, a executar em Largo da Sociedade/Rua Alípio dos Reis Alves, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, Presente de parecer dos Serviços de Fiscalização, datado de 08/04/2014, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando o parecer que sobre ela recaiu, a Câmara delibera DEFERIR o pedido, apresentado com o requerimento n.º 469/14, datado de 01/04/2014, subscrito por **CAMINHO DO LIZ – EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS UNIPessoal, LDA.**, com o NIPC 510935141, com sede na Rua da Graminheira, n.º 28, lugar de Coucinheira, freguesia de Amor, concelho de Leira, referente ao pedido de licenciamento de ocupação da via pública com andaimes e um contentor, numa área de 50,00 m², para apoio à execução de trabalhos referentes à obra de remodelação de uma moradia, licenciada no âmbito do processo camarário n.º 25/12, aprovado em reunião de Câmara de 09/01/2014, a executar em Largo da Sociedade/Rua Alípio dos Reis Alves, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, por um período de cinco meses, com os seguintes condicionalismos:

- a) Caso seja necessária a ocupação total do passeio, deverá, obrigatoriamente, promover a construção de corredores para pões, com as dimensões mínimas de 1,00m de largura e 2,20 m de pé direito, imediatamente confinantes com o tapume e vedados pelo exterior com prumos e corrimão, em tubos redondos e metálicos, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 85.º do RMEUMEG – Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor;
- b) Deverão ser salvaguardadas todas as demais normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 578/14, DATADO DE 24/04/2014 – PC N.º 109/12, DATADO DE 16/04/2012 – SUN HUIQN

426 - Presente requerimento n.º 578/14, datado de 24/04/2014, subscrito por **SUN HUIQN** com residência na Rua António Campos Júnior, n.º 15, 1.º Dto, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar o **licenciamento de ocupação da via pública** com andaimes, numa área de 45,00 m², pelo período de 90 dias, para apoio na execução dos trabalhos referentes à obra de alteração e ampliação de edifício destinado a instalação de

estabelecimento comercial, a executar em Rua Machado Santos, freguesia e concelho da Marinha Grande, licenciada no âmbito do processo n.º 109/12, para o qual foi emitido o alvará de obras de alteração/ampliação n.º 9/14, emitido em 29/01/2014.

Presente parecer dos Serviços de Fiscalização, datado de 12/05/2014, a enquadrar devidamente a pretensão.

Presente processo referente ao referido pedido de licenciamento, com o número 109/12, registado em 16/04/2012.

Após análise da pretensão, considerando o parecer que sobre ela recaiu, a Câmara delibera DEFERIR o pedido, apresentado com o requerimento n.º 578/14, datado de 24/04/2014, subscrito por SUN HUIQN com residência na Rua António Campos Júnior, n.º 15, 1.º dto, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar o licenciamento de ocupação a via pública com andaimes, numa área de 45,00 m², pelo período de 90 dias, para apoio na execução dos trabalhos referentes à obra de alteração e ampliação de edifício destinado a instalação de estabelecimento comercial, a executar em Rua Machado Santos, freguesia e concelho da Marinha Grande por um período de 6 meses, devendo ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N.º 174/14, DATADO DE 16/01/2014 – PC N.º 15/14, DATADO DE 16/01/2014 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

427 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 726/14, datado de 19/05/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do concelho, designadamente em de 21,00 metros de betuminoso e 1,00 metro de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua Alto Alentejo, n.º 5 e Rua António Magalhães Júnior, n.º 18 e n.º 20, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 06/05/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em diversas ruas do concelho, designadamente em de 21,00 metros de betuminoso e 1,00 metro de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua Alto Alentejo, n.º 5 e Rua António Magalhães Júnior, n.º 18 e n.º 20, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N.º 67/14, DATADO DE 16/01/2014 – PC N.º 15/14, DATADO DE 16/01/2014 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

428 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de ramais domiciliários de gás natural, a levar a efeito na Rua das Figueiras, n.º 143, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação de Câmara, datada de 23/01/2014, concedendo 15 dias à entidade requerente para que esta se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão.

Considerando que:

- A entidade requerente foi notificada pelo nosso ofício nº 95/14, datado de 24/01/2014 e rececionado em 28/01/2014, para que se pronunciasse, em sede de audiência prévia, quanto ao projeto de indeferimento da pretensão;
- Para o efeito, foi concedido um prazo de 15 dias, ou seja, até 18/02/2014;
- Durante este prazo a entidade titular do pedido nada alegou;

A Câmara Municipal delibera INDEFERIR o pedido de ocupação da via pública com abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua das Figueiras, n.º 143, freguesia e concelho de Marinha Grande, designadamente, pelo facto do pavimento em betuminoso encontrar-se em bom estado de conservação, sem cortes ou reparações, devendo, por isso, ser encontradas soluções alternativas para a execução do ramal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP n.º 06/2010” – APLICAÇÃO DE SANÇÃO CONTRATUAL POR ATRASO NA CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA.

No âmbito deste ponto da ordem do dia foram tecidas algumas considerações e prestados esclarecimentos.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira questionou o seguinte:

“Relativamente ao processo da “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP n.º 06/2010” – APLICAÇÃO DE SANÇÃO CONTRATUAL POR ATRASO NA CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA que veio hoje a reunião há algumas questões que gostávamos de perceber.

- a) A CMMG adjudicou a obra, por deliberação camarária datada de 25 de novembro de 2010, à empresa HABITÂMEGA – CONSTRUÇÕES, SA, pelo valor de 1.813.000,00 € (um milhão, oitocentos e treze mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de 18 meses, portanto a mesma devia estar concluída em 5 de Junho de 2012 (25/11/2010 + 18 meses = 05/06/2012). A informação técnica que recebi refere que o prazo fixado para a conclusão da obra foi 15 de Setembro de 2013. A quem se deve a responsabilidade do atraso da obra de mais de 15 meses, ou seja de Junho de 2012 que era a data para estar terminada, e 15 de Setembro de 2013, data assumida pelos técnicos?*
- b) Na informação técnica é referido que no decurso da empreitada foram aprovados diversos adicionais, tendo por objeto trabalhos imprevistos e o suprimento de erros e omissões do projeto, que se encontram discriminados num dos mapas, que eu não recebi. O executivo tomou alguma diligência no sentido de responsabilizar quem cometeu estes erros e omissões que provocaram custos e prazos adicionais?*
- c) Se os serviços admitiram que houve incumprimento de 15 de setembro de 2013 até a data atual, qual a razão pela qual só agora, passados mais de 8 meses, é que o processo veio a reunião para aplicação da sanção contratual?*
- d) Não podíamos mais cedo ter chegado a um acordo com a construtora ou aplicado as sanções, de modo a que os marinhenses pudessem já estar a usufruir desta infraestrutura cultural? Relembro que se tal tem acontecido, para além de estarmos já a usar a Casa da Cultura, evitávamos a indelicada situação de encontrar a Habitâmega nas condições em que está, pois pediu um PER (Plano Especial de Revitalização) recentemente, em 12/3/2014.*
- e) Será que este atraso tem que ver com o facto de a Câmara Municipal não ter programa para dinamizar aquele equipamento cultural? Quando pensam os serviços que haverá condições para o efeito?*
- f) Os serviços afirmam que o incumprimento do prazo foi imputável ao empreiteiro e consequentemente determinaram o valor da multa de quase € 450.000,00 (25% da adjudicação). Mas quem foi que determinou este incumprimento, ou seja, de quem*

foi a responsabilidade das sucessivas prorrogações devidas às suspensões de trabalhos e aos diversos adicionais celebrados?

O administrador da Habitâmega diz que a responsabilidade é da camara. Em 13 de Junho de 2013 disse a um jornal: "Ainda há zonas de obra paradas na Casa da Cultura, à espera de decisão do que se quer fazer no local. Sem um bom projeto" e face às sucessivas "indecisões" da Câmara da Marinha Grande. "A continuar desta forma, nem antes das eleições têm a Casa da Cultura concluída". Disse ainda que "A obra da Casa da Cultura arrasta-se há tanto tempo, que talvez ainda tenha de ser ressarcido por ter lá homens parados";

g) Mas afinal o que falta fazer na obra da Casa da Cultura? Quanto custa terminar a obra? Que valor ainda temos por pagar ao empreiteiro?"

O Sr. Vereador Paulo Vicente informou que todas as prorrogações vieram a reunião de Câmara, umas justificaram-se e foram aceites, outras não. Estas obras são obras de reconstrução de edifícios existentes, pensa-se que a obra decorrerá de uma maneira e depois deparamo-nos com situações com que não se contava. Houve a questão da substituição da madeira do foyer do Museu do Vidro, assim como a questão da fissura na fachada do edifício. Amanhã há um ensaio, e se correr bem estarão reunidas as condições para a receção provisória da obra. Neste momento não consegue quantificar o que falta pagar, mas à Câmara interessa pagar dentro dos prazos, até porque se trata de uma obra financiada. Esta obra teve grande acompanhamento e fiscalização, até porque se situa mesmo em frente do edifício da Câmara. Nesta altura falta o pano da boca de cena e o vitral, que são pequenos trabalhos que serão executados à parte. Sobre a divulgação cultural, e porque não se encontra presente o Vereador do pelouro, poderá adiantar que a DCD está a programar e irá divulgá-la oportunamente, porque o que a Câmara pretende é a obra acabada.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira esclareceu que está aqui a defender os interesses da Câmara, mas preocupa-o que o empreiteiro diga aquilo que disse e que veio publicado no jornal.

O Sr. Vereador Paulo Vicente disse que há deveres do dono da obra e do adjudicatário, tal como prevê o Código dos Contratos Públicos.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira entende que se deve terminar a obra o mais rápido possível, porque quase 2 anos é tempo a mais para terminar uma obra. Entende as questões técnicas mas talvez não sejam só questões técnicas.

O Sr. Vereador Paulo Vicente disse que registou a posição do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O Sr. Presidente referiu que se há dúvidas que as apresentem nos meios competentes. Os documentos estavam à disposição na sala de reuniões para quem os quisesse consultar. O programa cultural está feito. Para quaisquer dúvidas apresentem os requerimentos.

De seguida foi posta a votação a seguinte proposta:

429 - Presente informação da DISU com a ref. AR.02.2014, na qual se propõe a aplicação de sanção contratual por atraso na conclusão da execução da obra de REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA, no valor de 445.998,00€ (quatrocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e oito euros).

Considerando o disposto no artigo 403º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, segundo o qual “em caso de atraso na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono de obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço contratual...”.

Considerando o disposto na cláusula 11ª do caderno de encargos, que reitera o valor de 1 ‰ do preço contratual.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª AR.02.2014, que fica anexa (Anexo 2) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar a empresa “Habitâmega, Construções, SA” para se pronunciar querendo em sede audiência prévia escrita, no prazo de dez dias úteis, sobre a intenção de aplicação de sanção contratual por atraso na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, no valor de 445.998,00 € (quatrocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e oito euros), da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA”, ao abrigo do disposto no artigo 308º, n.º 2, e no artigo 403º, n.º 1, ambos do CCP e na Cláusula 11.ª do Caderno de Encargos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente, salientando que está em causa o interesse público. Apresento um lamento pela inércia política do executivo na gestão deste processo, designadamente quanto às fragilidades ocorridas com a empresa, as quais deram azo aos sucessivos atrasos da obra, na tomada de decisões atempadas e no facto de, até ao momento, não ter apresentado um programa de ação para este espaço de promoção cultural.”

O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente esta proposta de sanção contratual à empresa porque ela decorre do contrato e da legalidade vigente. Dizer-se que houve laxismo neste processo por parte do executivo é uma afirmação de quem não quis acompanhar o processo e que não está consciente das dificuldades do tecido empresarial nacional e da recuperação de um património como é o caso da Casa da Cultura, que teve ao longo de todo o processo diversas vicissitudes que foram sobejamente conhecidas e divulgadas publicamente. A mim, enquanto Vereador da Câmara Municipal, cumpre-me defender os interesses do Município.”

O Sr. Presidente subscreveu esta declaração de voto.

**22 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP n.º
06/2010” – APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS.**

No âmbito deste ponto da ordem do dia foram tecidas algumas considerações e prestados esclarecimentos.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira questionou o seguinte:

- *“No decurso da empreitada foram aprovados diversos adicionais, tendo por objeto trabalhos imprevistos e o suprimento de erros e omissões do projeto, que se encontram discriminados no mapa anexo.” Porque não recebi o mapa anexo?*
- *Os trabalhos imprevistos, erros e omissões e os trabalhos a menos, estão assumidos por ambas as partes?*
- *No Mapa 1 refere que temos um “trabalho a menos” de 10 poltronas. O que aconteceu?*
- *Na casa da Cultura, pretendemos entre outras coisas, fazer formação. Para tal, os formandos vão concerteza necessitar de escrever. As poltronas referidas no mapa 1, modelo PRIMA, têm palmatória?*

O Sr. Vereador Paulo Vicente e a Chefe da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, Eng.ª Susana Silva, esclareceram as questões relativas aos diversos adicionais, que se encontram discriminados no mapa resumo presente na reunião e que não constava da documentação distribuída. Foi também esclarecida a questão das 10 poltronas, que não possuem palmatória.

De seguida foi posta a votação a seguinte proposta:

430 - Presente informação da DISU com a ref. AR.03.2014, na qual se propõe a aprovação de trabalhos a menos relativos a quantidades de trabalho que não foram utilizadas por não serem necessárias para completar a solução preconizada em projeto, devidamente discriminadas nos mapas anexos, da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA”, adjudicada à firma “HABITÂMEGA, CONSTRUÇÕES, SA”, nos termos do disposto no art. 379º, n.º 1, do CCP.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª AR.03.2014, que fica anexa (Anexo 3) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, aprovar trabalhos a menos:

- a) no valor de 35.127,47€ (trinta e cinco mil e cento e vinte e sete euro(s) e quarenta e sete cêntimo(s)), do contrato inicial (n.º 04/2011), conforme Mapa 1, em anexo;
- b) no valor de 6.325,56€ (seis mil e trezentos e vinte e cinco euro(s) e cinquenta e seis cêntimo(s)), do contrato adicional n.º 84/2011, conforme Mapa 2, em anexo;

- c) no valor de 466,56€ (quatrocentos e sessenta e seis euro(s) e cinquenta e seis cêntimo(s)), do contrato adicional n.º 25/2013, conforme Mapa 3, em anexo;
- d) no valor de 1.908,02€ (mil e novecentos e oito euro(s) e dois cêntimo(s)), do contrato adicional n.º 37/2013, dos quais, 263,75€ (duzentos e sessenta e três euro(s) e setenta e cinco cêntimo(s)) respeitam a trabalhos a preços de contrato, conforme Mapa 4, em anexo, e 1.644,27€ (mil e seiscentos e quarenta e quatro euro(s) e vinte e sete cêntimo(s)) respeitam a trabalhos a preços acordados, conforme Mapa 5, em anexo;
- e) no valor de 1.544,76€ (mil e quinhentos e quarenta e quatro euro(s) e setenta e seis cêntimo(s)), do contrato adicional n.º 77/2013, conforme Mapa 6, em anexo;

da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA”, adjudicada à firma “HABITÂMEGA, CONSTRUÇÕES, SA”, nos termos do disposto no art. 379º, n.º 1, do CCP.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - ALTERAÇÃO DO POSTO DE COBRANÇA NO GABINETE DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

431 - A alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, atribui à Divisão de Administração e Modernização (DAM) a competência para gerir e assegurar o relacionamento administrativo com o município.

Por sua vez, estatui o artigo 17.º do Regulamento, que compete ao Gabinete de Atendimento ao Município, abreviadamente designado de GAM, subunidade orgânica integrada na DAM, promover a gestão comercial dos serviços de águas de consumo e de saneamento, assegurar a gestão dos procedimentos administrativos e financeiros de fornecimento de água para consumo humano, de recolha de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, assegurar o atendimento ao município e tramitar os processos das áreas de taxas e licenças, rendas, espetáculos, entre outras, assim como garantir a realização das tarefas inerentes ao licenciamento e/ou registo em matéria de publicidade, de ocupação da via pública exceto para operações urbanísticas, elevadores, táxis, ruído e outros não especificados nem particularmente afetos a outros serviços.

Em 4 de abril de 2013, na sequência da entrada em vigor da nova estrutura orgânica e consequente aglutinação da área de águas e saneamento no GAM, e ao abrigo do n.º 1 do artigo 81.º da Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal da Marinha Grande, publicada no n.º 185, da II série do Diário da República, doravante designada de Norma, a

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 11

Câmara Municipal deliberou criar 8 postos de cobrança no GAM, atribuir-lhe um fundo de caixa no valor e sob a responsabilidade dos trabalhadores, da forma que se enumera:

Posto de Cobrança 1 - Almerinda Vidal Ferreira 50,00€;
Posto de Cobrança 2 - Maria João Filipe Coelho Rodrigues 80,00€;
Posto de Cobrança 3 - Sandra Marisa Ferreira Neto 80,00€;
Posto de Cobrança 4 - Dulce Manuela Paiva Bonita 80,00€;
Posto de Cobrança 5 - Regina Maria Joaquim Lameiras 80,00€;
Posto de Cobrança 6 - Florbela Gomes de Sousa 50,00€;
Posto de Cobrança 7 - Arminda Laura Macedo Martins Silvério Granja ... 50,00€;
Posto de Cobrança 8 - Elizabete Campos Silva 80,00€.

Posteriormente, encetou-se nova alteração na equipa do GAM, materializada, designadamente, pela alteração da afetação do posto de cobrança 7, associado à trabalhadora Arminda Laura Macedo Martins Silvério Granja, para a trabalhadora Dina Maria Ferreira Morgado Duarte, que passou a integrar a equipa do front office do GAM.

A referida alteração na afetação do posto de cobrança foi autorizada por deliberação da Câmara Municipal de 12 de dezembro de 2013.

Presentemente, verifica-se a necessidade de promover uma nova alteração na constituição da equipa do front office do GAM, concretizada pela substituição da trabalhadora Dulce Manuela Paiva Bonita, até à data afeta ao posto de cobrança 4, pela trabalhadora Cirna Cristina Balinha Paiva.

Atendendo que os postos de trabalho do front office têm inerente a constituição de postos de cobrança, correspondentes aos lugares de atendimento ao público e recebimento de valores, surge a necessidade de adaptar a responsabilidade inerente ao posto de cobrança.

Deste modo, ao abrigo da faculdade estatuída no n.º 2 do artigo 81.º da Norma, propomos que a Câmara Municipal aprecie e delibere autorizar a alteração da afetação do posto de cobrança 4 do GAM, até à data à responsabilidade da trabalhadora Dulce Manuela Paiva Bonita, para a trabalhadora Cirna Cristina Balinha Paiva, mantendo-se o saldo à sua responsabilidade no valor de 80,00€;

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 11:25 horas às 11:35 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

24 - MERCADO MUNICIPAL DA PRAIA DA VIEIRA DE LEIRIA – AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO COMERCIAL DESIGNADO POR LOJA Nº 5

432 - Presente requerimento de Ana Paula Teles Machado Leal Matos, com morada na Rua José Moreira, nº 33, Vieira de Leiria, a solicitar que lhe seja autorizada a utilização de uma loja no mercado da Praia da Vieira de Leiria para venda de pão e bolos, mediante a contraprestação do pagamento de uma taxa.

Analisada a pretensão e uma vez que o espaço comercial designado por loja nº 5 daquele mercado não se encontra concessionado, a Câmara Municipal delibera ao abrigo dos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de agosto conjugado com o disposto no artigo 33º nº1 alínea ee) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, autorizar a utilização do referido espaço comercial, sito no mercado municipal da Praia da Vieira de Leiria, para venda de pão e bolos a título temporário, no período de 15 de junho a 15 de setembro do corrente ano, mediante o pagamento das taxas devidas que se encontram previstas no Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

"Neste ponto, como noutros, continua a não vir documentação. Qual vai ser o vosso posicionamento sobre esta matéria? Vão continuar a fazer estes procedimentos, ou vão disponibilizar a respetiva documentação?"

Voto favoravelmente tendo por base a minuta da deliberação que me foi enviada com a agenda da reunião."

25 - AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES

433 - Presente os requerimentos:

- E/1126/2014, da requerente Júlia Augusta Francisco, onde solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 2152 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

- E/2061/2014, da requerente Antonieta Maria Rodrigues Ferreira, onde solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 697 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

- E/3738/2014, da requerente Adelino Matias Abrunheiro, onde solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 530 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no nº 2 do citado artigo.

Presentes informações nº3/AF, nº4/AF e nº5/AF de 19 de maio de 2014, onde se confirma o que os pedidos estão devidamente instruídos e acompanhados dos elementos previstos no nº 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Júlia Augusta Francisca, o pagamento da taxa de concessão de sepultura perpétua nº 2152 do Cemitério de Casal Galego em oito prestações mensais, a Antonieta Maria Rodrigues Ferreira, o pagamento da taxa de concessão de sepultura perpétua nº 697 do Cemitério de Casal Galego em oito prestações mensais e ao Adelino Matias Abrunheiro, o pagamento da taxa de concessão de sepultura perpétua nº 530 do Cemitério de Casal Galego em oito prestações mensais.

Mais delibera anular as guias de receita nº 2103/2 de 28 de janeiro de 2014 em nome de Antonieta Maria Rodrigues Ferreira e a nº 8756/2 de 24 de abril de 2014, ambas no valor de 1,000,00€, emitidas na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 697 e 530, respetivamente, para que sejam emitidas as guias de receita referentes às prestações.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

434 - A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização da Quinta Feira da Ascensão do Bombeiro no dia 29 de maio de 2014;
- Licença para instalação e funcionamento de recinto improvisado para o evento;

A Escola Básica Professor Alberto Nery Capucho, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização da Festa de encerramento do ano lectivo no dia 13 de junho de 2014;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 11

A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização da Festa em honra de Nossa Senhora da Piedade, Padroeira de S. Pedro de Moel nos dias 25,26 e 27 de julho de 2014;
- Licença especial de ruído para realização da Festa em honra de Santo António, Padroeiro de Picassinós nos dias 13,14 e 15 de junho de 2014;
- Licença para instalação e funcionamento de recinto improvisado para realização da Festa em honra de Nossa Senhora da Piedade, Padroeira de S. Pedro de Moel nos dias 25,26 e 27 de julho de 2014;
- Autorização para utilização das vias públicas para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para os dois festejos;
- Licença para colocação de publicidade alusiva aos eventos.

O Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização de Noite Karaoke dia 24 de maio de 2014;
- Licença especial de ruído, para realização da Festa da Cerveja dia 31 de maio de 2014;
- Licença especial de ruído, para realização da Noite da Caipirinha dia 14 de junho de 2014.

O Corpo Nacional de Escutas CNE-Escutismo Católico - Agrupamento de Escuteiros 1076 – Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização do evento “Há cá sopas e petiscos” no dia 24 de maio de 2014;
- Licença especial de ruído, para realização das festas em honra de Nossa Senhora dos Milagres nos dias 1,2 e 3 de agosto de 2014;
- Licença para instalação e funcionamento de recinto improvisado para os eventos;
- Autorização prévia para o lançamento de fogo-de-artifício durante a festa em honra de Nossa Senhora dos Milagres nos dias 1,2 e 3 de agosto de 2014.

Presentes informações nºs 26/AF, 27/AF, 28/AF, 29/AF, 30/AF e 31/AF de 19 de maio de 2014, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 11

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, a Escola Básica Professor Alberto Nery Capucho, a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marinha Grande, o Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras e o Corpo Nacional de Escutas CNE-Escutismo Católico - Agrupamento de Escuteiros 1076 – Vieira de Leiria, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído, da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado, da autorização para utilização das vias públicas para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal, da autorização prévia para o lançamento de fogo-de-artifício e das licenças para colocação de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA “CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ATLÂNTICA” – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2013

435 - Presente informação n.º 38SAB/2014 da Área das Finanças e carta do adjudicatário da obra em epígrafe, CONTEC – CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA, S.A., a apresentar, para reforço de caução da obra mencionada a garantia bancária n.º 962300488013657 de 29.04.2014 no montante de 12.285,26 euros emitida pelo Banco Santander Totta, S.A..

A Câmara Municipal apreciou a referida informação e face à mesma, delibera de acordo com o n.º 2 do art.º 353º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua redação atual, aceitar as referidas garantias bancárias e restituir a importância de 6.346,28 € ao adjudicatário CONTEC – CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA, S.A., retidos através das guias n.º 780, 781 e 782/1/2014 de 21.04.2014 e da guia n.º 903 e 908/1/2014, nos termos do mapa que consta da informação n.º 38SAB/2014 de 12-05-2014

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE ABRIL DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.

436 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião de 23/01/2014, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- Se trate de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 73º, da Lei n.º 83-B/2013, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de abril de 2014 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados no mês de abril de 2014 atenta deliberação camarária tomada na sua reunião de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado seja o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.

**29 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO
º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE
ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS
DE MONITORES DE GRUPO E DE ATIVIDADES PARA ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS
E JOVENS NO CAMPO DE FÉRIAS SEDEADO NA COLÓNIA AFONSO LOPES VIEIRA EM
2014”.**

437 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de

Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 e art.º 33, ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 12736/2014 e informação I/602/2014, ambas da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da *“Aquisição de serviços de monitores de grupo e de atividades para acompanhamento de crianças e jovens no campo de férias sedado na Colónia Afonso Lopes Vieira em 2014”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na prestação de serviços de monitores de grupo e de atividades para acompanhamento de crianças e jovens, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através

de mail, datado de 24/04/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a DCD propõe o convite às seguintes entidades:

- SPORT OPERARIO MARINHENSE, NIPC 501 417 702
- SOCIEDADE DE INSTRUCAO E RECREIO 1 MAIO, NIPC 501056467

Considerando que estas entidades possuem a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para a contratação da “*Aquisição de serviços de monitores de grupo e de atividades para acompanhamento de crianças e jovens no campo de férias sedado na Colónia Afonso Lopes Vieira em 2014*”, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2014/A/147, tendo sido emitido o cabimento n.º 1236/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 9.504,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, conforme se atesta em documentação anexa, atento o preceituado no n.º 9 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, por a quantidade a contratar e o valor a pagar não serem superiores aos de 2013 e ainda pelo facto de os contratos de aquisição de serviços celebrados em 2012 e 2013, com o mesmo objeto, já terem sido objeto de redução remuneratória e obtido o respetivo parecer favorável previstos na disposição legal então em vigor, conforme documentação em anexo.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a “*Aquisição de serviços de monitores de grupo e de atividades para acompanhamento de crianças e jovens no campo de férias sedado na Colónia Afonso Lopes Vieira em 2014*”, por os pagamentos inerentes serem efetuados na íntegra no ano de 2014, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 4, n.º 5 e n.º 9, todos do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 11

do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Aquisição de serviços de monitores de grupo e de atividades para acompanhamento de crianças e jovens no campo de férias sedado na Colónia Afonso Lopes Vieira em 2014”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Neste ponto, como noutros, continua a não vir documentação. Qual vai ser o vosso posicionamento sobre esta matéria? Vão continuar a fazer estes procedimentos, ou vão disponibilizar a respetiva documentação?”

Voto favoravelmente tendo por base a minuta da deliberação que me foi enviada com a agenda da reunião.”

30 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “MANUTENÇÃO DA ZONA DESPORTIVA DA MARINHA GRANDE”, PARA O PERÍODO DE 2 ANOS.

438 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer

prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 e art.º 33, ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 12748/2014 e informação I/753/2014, ambas da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da prestação de serviços de *“Manutenção da Zona Desportiva da Marinha*

Grande”, para o período de 2 anos, com início previsto a 1 de julho de 2014, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na manutenção dos relvados 1 e 2 do Estádio Municipal e na manutenção e conservação dos espaços verdes e áreas de ligação da zona desportiva da Marinha Grande, incluindo a disponibilização de toda a maquinaria e equipamentos necessários à realização dos trabalhos, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 19/05/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 207.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1336/2013 da Comissão de 13 de dezembro de 2013 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014, 2015 e 2016 para a contratação da prestação de serviços de “*Manutenção da Zona Desportiva da Marinha Grande*”, na classificação orgânica/económica 06/020203, ações do PAM 2014/A/138 e 2014/A/139, tendo sido emitido o cabimento n.º 1232/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 58.572,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 12% preceituada no n.º1 do art.º 73º conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art.º33 ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 11

Orçamento de Estado para o ano de 2014, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Manutenção da Zona Desportiva da Marinha Grande”*, para o período de 2 anos, com início previsto a 1 de julho de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014 – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E RESPECTIVO PARECER A EMITIR POR AUDITOR EXTERNO PARA OS ANOS DE 2014, 2015 E 2016

Assunto retirado da ordem do dia.

32 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DO “FORNECIMENTO E CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES PARA PARTICIPANTES NO CAMPO DE FÉRIAS A REALIZAR NA COLÓNIA DE FÉRIAS AFONSO LOPES VIEIRA 2014”.

439 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego

- público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
 - O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
 - Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
 - Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 e art.º 33, ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 12737/2014 e informação I/605/2014, ambas da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade da contratação do *“Fornecimento e confeção de refeições para participantes no campo de férias a realizar na Colónia de Férias Afonso Lopes Vieira 2014”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na prestação de serviços de fornecimento e confeção de refeições a crianças e jovens, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem carácter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 30/04/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 207.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1336/2013 da Comissão de 13 de dezembro de 2013 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, n.º1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 11

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para a contratação do *“Fornecimento e confeção de refeições para participantes no campo de férias a realizar na Colónia de Férias Afonso Lopes Vieira 2014*, na classificação orgânica/económica 06/020105, ação do PAM 2014/A/147, tendo sido emitido o cabimento n.º 1238/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 6.580,08€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, conforme se atesta em documentação anexa, atento o preceituado no n.º 9 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, por a quantidade a contratar e o valor a pagar não serem superiores aos de 2013 e ainda pelo facto de os contratos de aquisição de serviços celebrados em 2012 e 2013, com o mesmo objeto, já terem sido objeto de redução remuneratória e obtido o respetivo parecer favorável previstos na disposição legal então em vigor.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para o *“Fornecimento e confeção de refeições para participantes no campo de férias a realizar na Colónia de Férias Afonso Lopes Vieira 2014”*, por os pagamentos inerentes serem efetuados na íntegra no ano de 2014, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 4, n.º 5 e n.º 9, todos do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação do *“Fornecimento e confeção de refeições para participantes no campo de férias a realizar na Colónia de Férias Afonso Lopes Vieira 2014”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Neste ponto, como noutros, continua a não vir documentação. Qual vai ser o vosso posicionamento sobre esta matéria? Vão continuar a fazer estes procedimentos, ou vão disponibilizar a respetiva documentação?”

Voto favoravelmente tendo por base a minuta da deliberação que me foi enviada com a agenda da reunião.”

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 11

33 - FUNDO FINÍCIA – PARECER DA CÂMARA SOBRE O PROJETO DE INVESTIMENTO APRESENTADO PELA ENTIDADE PINUS PINASTER, LDA – RETIFICAÇÃO

440 - Através da deliberação camarária de 20 de março de 2014 foi aprovado o projeto apresentado pela entidade Pinus Pinaster, Lda no âmbito do Programa Fundo Finícia.

Considerando que a aprovação da deliberação foi tomada com base na seguinte argumentação “(...) *ao abrigo da competência conferida pelo art.º 3 do Anexo II (Procedimentos de Trabalho e articulação entre os Parceiros) do Protocolo Financeiro e de Cooperação do Fundo Finícia (...)*”.

Considerando que não foi invocada disposição legal nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo, que na deliberação de 20 de março de 2014,

Onde se lê:

“ (...) Nestes termos, a Câmara Municipal da Marinha Grande, ao abrigo da competência conferida pelo art.º 3 do Anexo II (Procedimentos de Trabalho e articulação entre os Parceiros) do Protocolo Financeiro e de Cooperação do Fundo Finícia, delibera emitir PARECER FAVORÁVEL à aprovação do projeto apresentado pela entidade Pinus Pinaster, Lda, devendo este parecer ser comunicado aos restantes Parceiros do Fundo. (...)”

Deve ler-se:

“(...) Nestes termos, a Câmara Municipal da Marinha Grande, ao abrigo da competência conferida pelo art.º 3 do Anexo II (Procedimentos de Trabalho e articulação entre os Parceiros) do Protocolo Financeiro e de Cooperação do Fundo Finícia e de acordo com o disposto na alínea o), n.º 1.º do art.º 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, delibera emitir PARECER FAVORÁVEL à aprovação do projeto apresentado pela entidade Pinus Pinaster, Lda, devendo este parecer ser comunicado aos restantes Parceiros do Fundo. (...)”

A presente deliberação produz efeitos à data de 20 de março de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e um de maio de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**:

6.599.567,88 € (seis milhões, quinhentos e noventa e nove mil, quinhentos e sessenta e sete euros e oitenta e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

441 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

- 35. EMISSÃO DE PARECER – INSTALAÇÃO DE APOIO DE PRAIA MÍNIMO NA PRAIA DA VIEIRA, NA ÉPOCA BALNEAR 2014.**
- 36. RUA 62, N.º 18 - BOAVISTA – PASSAGEM DE COLETOR DOMÉSTICO NA PROPRIEDADE DE VITOR MANUEL MARQUES BARRETO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**
- 37. BAIRRO PAIXÃO – MARINHA GRANDE – PASSAGEM DE COLETOR DOMÉSTICO NA PROPRIEDADE DE MANUEL DE OLIVEIRA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**
- 38. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DE VIEIRA DE LEIRIA. CONCURSO PÚBLICO. ADJUDICAÇÃO.**
- 39. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**
- 40. PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2014
REQUERENTE: BRITOMOLDES – FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MOLDES METÁLICOS, LDA**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

35 - EMISSÃO DE PARECER – INSTALAÇÃO DE APOIO DE PRAIA MÍNIMO NA PRAIA DA VIEIRA, NA ÉPOCA BALNEAR 2014.

442 - Presente solicitação da Administração da Região Hidrográfica do Centro, adiante ARHC, recebida via electrónica, relativa à emissão de parecer, por parte da Câmara Municipal da Marinha Grande, respeitante à instalação de um apoio de praia mínimo, durante a época balnear 2014.

Presente requerimento, apresentado à ARHC pelo interessado, Sérgio José Estevães Carqueijeiro, a solicitar a autorização para instalação de um APM, na Praia da Vieira, de um de junho a 30 de Setembro, comprometendo-se a assegurar a vigilância e a limpeza da praia.

Presente informação técnica com a referência I.A. 09/2014, registo na gestão documental I/756/2014, de 16 de maio, que avalia a pretensão do interessado face ao Regulamento do POOC OMG e época balnear definida para o concelho da Marinha Grande para 2014.

Analisados os elementos presentes, nomeadamente requerimento titulado por Sérgio José Estevães Carqueijeiro, com o NIF 206 637 080, solicitação da ARHC e informação técnica elaborada, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que se anexa (Anexo 4), a Câmara Municipal delibera emitir parecer favorável condicionado à instalação do apoio de praia mínimo, adiante APM, numa localização definida no plano de praia da Praia da Vieira, elemento que integra o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar – Marinha Grande, adiante POOC OMG, e que se encontra disponível, na época balnear 2014, devendo:

- Na atribuição da concessão ser devidamente salvaguardadas as questões relativas ao licenciamento da pretensão de acordo com o Regulamento do POOC OMG;
- Ser garantida, numa fase inicial do licenciamento do APM, a avaliação da viabilidade deste pedido, junto da entidade competente pelo fornecimento de energia eléctrica;
- A instalação do apoio de praia respeitar as condições existentes no plano de praia com vista à salvaguarda da integridade de pessoas e bens;
- A instalação do apoio de praia respeitar a época balnear definida para o concelho da Marinha Grande, que decorre de 15 de junho a 15 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - RUA 62, N.º 18 - BOAVISTA – PASSAGEM DE COLETOR DOMÉSTICO NA PROPRIEDADE DE VITOR MANUEL MARQUES BARRETO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

443 - Presente despacho n.º 163/2014, de 12 de maio, com o seguinte teor integral:

Considerando que para o desenvolvimento da empreitada designada de “ Requalificação da rua das Laranjeiras” se torna imprescindível a cedência de passagem em propriedade particular para execução de coletor doméstico;

Considerando que foi possível chegar a acordo com Vítor Manuel Marques Barreto, NIF 197287646, proprietário do prédio urbano inscrito na respectiva matriz sob o artigo nº. 10254;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 11

Considerando que o proprietário autoriza a passagem do coletor doméstico na sua propriedade, tendo como contrapartida a ligação ao seu imóvel a título gratuito.

Assim, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa, aprovo a execução e instalação, com caráter permanente e não oneroso, de um coletor doméstico no prédio urbano, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 10254, a favor de Vítor Manuel Marques Barreto, em contrapartida da ligação, a título gratuito, ao imóvel do proprietário.

Relativamente a esta cedência deve ser emitida a correspondente certidão.

O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal, na sua próxima reunião.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de Setembro, ratificar o despacho n.º 163/2014, de 12 de maio.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - BAIRRO PAIXÃO – MARINHA GRANDE – PASSAGEM DE COLETOR DOMÉSTICO NA PROPRIEDADE DE MANUEL DE OLIVEIRA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

444 - Presente despacho n.º 162/2014, de 12 de maio, com o seguinte teor integral:

Considerando que para o desenvolvimento da empreitada designada de “ Requalificação da rua das Laranjeiras” se torna imprescindível a cedência de passagem em propriedade particular para execução de coletor doméstico;

Considerando que foi possível chegar a acordo com Manuel de Oliveira, NIF 121836096, proprietário do prédio rústico inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º. 6312, que confronta a norte com Joaquim Vaz, a sul com Maria Angelina Lopes, a nascente com Manuel Cruz e a poente com Maria Angelina e Outros;

Considerando que o proprietário autoriza a passagem do coletor doméstico na sua propriedade, tendo como contrapartida a ligação ao seu imóvel a título gratuito.

Assim, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa, aprovo a execução e instalação, com caráter permanente e não oneroso, de um coletor doméstico no prédio urbano, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 6312, a favor de Manuel de Oliveira, obrigando-se à ligação, a título gratuito, ao imóvel do proprietário.

Relativamente a esta cedência deve ser emitida a correspondente certidão.

O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal, na sua próxima reunião.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de Setembro, ratificar o despacho n.º 162/2014, de 12 de maio.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

**38 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DE VIEIRA DE LEIRIA.
CONCURSO PÚBLICO. ADJUDICAÇÃO.**

445 - Presente relatório preliminar e relatório final do júri designado para conduzir o procedimento, no qual se propõe a adjudicação da concessão de exploração do parque de campismo de Vieira de Leiria à proposta apresentada pelo concorrente Horizonte Itinerante Unipessoal, Lda., por ser a proposta economicamente vantajosa.

A Câmara Municipal, concordando com o teor dos relatórios referidos, delibera, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com os artigos 36.º e 73.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, adjudicar a concessão de exploração do parque de campismo de Vieira de Leiria à proposta, que se dá por integralmente reproduzida, apresentada pelo concorrente Horizonte Itinerante Unipessoal, Lda., NIPC 510647650, por ser a proposta economicamente vantajosa.

Mais delibera delegar no Presidente da Câmara a competência para aprovar a minuta do contrato, após a comprovação da prestação da caução, nos termos do artigo 109.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

446 - A Associação Amigos do Comboio de Lata, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização do evento “Marinha a tempo e horas”- atividades artísticas e concertos de música ao vivo, no dia 31 de maio de 2014;
- Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados;

O Clube Automóvel da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização do Rally Centro de Portugal, nos dias 6 e 7 de junho de 2014;
- Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados;
- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;
- Licença de publicidade alusiva ao evento.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 11

Presente informação nº 32/AF e 33/AF de 20 de maio de 2014, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à atividade identificada, isentar a Associação Amigos do Comboio de Lata e o Clube Automóvel da Marinha Grande do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído, da licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados, da autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal e da licença de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4º - PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2014
REQUERENTE: BRITOMOLDES – FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MOLDES METÁLICOS, LDA

447 - Presente pedido, datado de 20-05-2014, apresentado pela sociedade BRITOMOLDES – FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MOLDES METÁLICOS, LDA, titular do procedimento de comunicação prévia n.º 153/14 referente à sujeição da operação urbanística admitida (construção de edifício destinado a indústria de moldes do tipo 2), ao quadro de benefícios previstos no Programa de Apoio ao Investimento Industrial no Concelho da Marinha Grande: 2014, que se dá por reproduzido.

Presente documento do Instituto da Segurança Social, datado de 21-05-2014.

Presente minuta de contrato de apoio ao investimento industrial.

Num momento em que se registam inúmeras dificuldades económicas e sociais e em que, cada vez mais, é importante incentivar a criação de postos de trabalho, não pode a Câmara Municipal da Marinha Grande ficar indiferente à realidade, cabendo-lhe (nas vertentes em que pode intervir) adotar medidas que facilitem e promovam o investimento privado.

O programa de apoio ao investimento industrial visa, no âmbito das atribuições municipais, incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande e, simultaneamente, a criarem emprego.

Nestes termos, e apesar do que isso significa em termos de redução de cobertura de outras atividades, é prioritária a implementação do Programa de Apoio ao Investimento Industrial no concelho da Marinha Grande, que concede aos beneficiários a redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas.

A redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas dirige-se aos investimentos de natureza industrial e é graduada em função do número de postos de trabalho a criar.

O artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, concede à Câmara Municipal a competência para deliberar sobre a isenção das taxas devidas pela realização de operações urbanísticas a indústrias que sejam reconhecidas como de especial interesse social e económico.

A gravidade da situação económica nacional é relatada diariamente em todos os meios de comunicação, sucedendo-se os anos de recessão uns atrás dos outros e agravando-se a cada dia a situação das empresas que ainda resistem e consequentemente dos cidadãos, sejam trabalhadores, reformados ou desempregados.

O desemprego assume já um valor de tal modo significativo e atinge um grupo tão elevado de pessoas que não podem deixar de assumir relevo especial todos os investimentos geradores de emprego.

A situação social reflete necessariamente o estado da economia. As dificuldades sentidas pelas famílias são crescentes. O regresso ao mercado de trabalho daqueles que hoje estão no desemprego e o ingresso nesse mercado dos jovens, qualificados ou não, são fundamentais para a paz social.

Adequa-se claramente aos conceitos previstos naquela norma regulamentar a concessão de benefícios, que visam fomentar, na medida do possível, a criação de emprego e o desenvolvimento das atuais indústrias, assim como a instalação de novas unidades.

O especial interesse social e económico das unidades industriais é mensurado diretamente através da criação de postos de trabalho e indiretamente em função do valor global do investimento.

No caso em apreço, a entidade requerente assumiu o compromisso de criar 17 postos de trabalho na unidade industrial objeto de comunicação prévia. Encontra-se, assim, preenchido o pressuposto de aplicação do Programa de Apoio ao Investimento Industrial. Nestes termos, o pedido está enquadrado no patamar que confere isenção das taxas urbanísticas identificadas no anexo que integra a minuta do contrato a celebrar.

A Câmara Municipal delibera, em conformidade com as regras constantes do Programa de Apoio ao Investimento Industrial de 2014 e com o artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, aprovar a inclusão da operação urbanística (comunicação prévia admitida através do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 22-05-2014 — processo n.º 153/14, respeitante à construção de um edifício destinado a indústria de moldes do tipo 2), em

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 11

nome de BRITOMOLDES – FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MOLDES METÁLICOS, LDA, NIPC 507 127 870, com sede na Rua da Sede, n.º 3, Figueiras, freguesia e concelho da Marinha Grande - no âmbito do citado Programa de Apoio e consequentemente conceder-lhe a isenção das taxas urbanísticas, nos exatos termos constantes da minuta de contrato que igualmente aprova, se dá por integralmente reproduzida e fica anexa (Anexo 5).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

448 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:10 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião